



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011733-89.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cooperativa**
 Requerente: **ALBERTO MARTINS FERREIRA**
 Requerido: **Cooperativa Educacional de São Carlos - Educativa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor visa à declaração da inexigibilidade de débito que lhe foi cobrado pela ré, reconhecendo-se que o mesmo equivale a valor inferior.

O relato de fl. 01 dá conta de que o autor, na condição de cooperado da ré, recebeu dela no ano de 2010 em restituição a quantia de R\$ 500,00 referente a IPTU que ele já teria pago.

Dá contra, outrossim, de que ele possui um crédito junto à ré de R\$ 1.500,00 (relativo ao IPTU de 2011 a 2013 que foram pagos e não restituídos), ao que se somam R\$ 2.004,54 de parcelas já pagas.

Assim, a dívida que lhe foi cobrada (R\$ 4.009,08 concernente ao IPTU que a ré foi condenada a pagar entre 2009 e 2013) seria em patamar inferior, correspondendo a R\$ 504,54 (R\$ 4.009,08 - R\$ 3.504,54 do crédito que possui).

Já a ré em contestação explicou satisfatoriamente a evolução dos acontecimentos que guardaram relação com o pagamento de IPTU.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, ficou evidenciado que até 2008 ela gozou de imunidade tributária quanto àquele imposto por ser entidade educacional sem fins lucrativos.

Patenteou-se ainda que como em 2008 seus estatutos foram alterados para que se permitisse a distribuição de sobras do exercício para os cooperados (o que se implementou entre 2009 e 2012) e em consequência o Município de São Carlos entendeu que perdera a qualidade de entidade educacional sem fins lucrativos.

A discussão foi dirimida em novembro de 2014, quando a Junta de Recursos Fiscais do Município de São Carlos indeferiu definitivamente o seu pleito sobre o assunto.

Diante das cobranças daí advindas, em dezembro de 2013 uma Assembleia Geral Extraordinária revogou a mencionada alteração estatutária (a distribuição das sobras aos cooperados deixou de haver), de sorte que recuperou seu *status* de entidade educacional sem fins lucrativos.

Por fim, nova assembleia em março de 2015 deliberou que o valor do débito do IPTU seria rateado pelo número de cotas de cada cooperado, o que foi levado a cabo regularmente.

A ré assinalou que o propósito do autor seria na verdade o compensar o saldo devedor do IPTU com as cotas que lhe serão restituídas (vale lembrar que o autor deixou de ser cooperado da ré em julho de 2015, devendo receber o valor de suas cotas em até três anos), o que seria impossível porque essa devolução haverá de respeitar os termos de seu estatuto.

As considerações expedidas pela ré são consistentes e estão em harmonia com os documentos que ela apresentou.

Instado a manifestar-se a respeito, o autor salientou que não reconhece a cobrança de R\$ 4.009,08 porque não foi esclarecido o critério que norteou a sua apuração, propugnando por providências que aclarassem esse assunto (fls. 187/188).

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, não há comprovação dos principais fatos constitutivos do direito do autor, vale dizer, a restituição de R\$ 500,00 referentes a IPTU não pago pela ré, o crédito que teria de R\$ 1.500,00 e ainda o de R\$ 2.004,54.

Inexiste demonstração de pagamentos por parte do autor de importâncias que tenham liame com a quitação de tal imposto.

A evidência maior disso é a de que, ao manifestar-se sobre a peça de resistência, o autor modificou completamente o objeto da ação, trazendo à baila questões que sequer foram suscitadas a fl. 01.

Se deseja resposta para as indagações lançadas a fl. 188, poderá valer-se das alternativas disponibilizadas pela ré (fl. 191), mas isso não se confunde com a existência de dívida em montante diverso do que lhe foi cobrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em suma, não há base sólida para permitir a conclusão de que essa dívida tenha sido cobrada em valor diverso do verdadeiro e consequentemente não vinga a postulação do autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**